

Mais Bancário

Sindicatos exigem
complemento excecional de 50%

**Bancários reformados
têm os mesmos direitos
que os outros pensionistas**



funeralvida.servilusa.pt

800 204 222

PLANEAR FAZ PARTE DA VIDA

Liberte a sua família de qualquer encargo
ou preocupação.

Plano Funeral em Vida

Simple | Flexível | Vantajoso | Seguro

CONDIÇÕES ESPECIAIS
PARA SÓCIOS DO SINDICATO E FAMILIARES



Servilusa
AGÊNCIAS FUNERÁRIAS

Sempre do seu lado



ANTÓNIO FONSECA

Já basta de discriminação!

É altura de pôr um ponto final na discriminação: os bancários são cidadãos de pleno direito!

O que se passa agora com o pacote legislativo do Governo para mitigar os efeitos da inflação – deixando de fora os reformados bancários com pensões indexadas a fundos de pensões e sem direito aos 50% da reforma a que outros nas mesmas circunstâncias têm direito – não é a primeira discriminação de que os bancários são vítimas.

Tempos houve em que o Estado achava que os bancários não eram beneficiários do Serviço Nacional de Saúde (SNS) – a menos que o SAMS pagasse as despesas que o seu atendimento acarretava.

Ou seja, os bancários pagavam (e pagam) os seus impostos como qualquer outro cidadão, nos quais está incluído a contrapartida do direito universal à saúde, **e ainda contribuem** com parte do seu salário, bem como as instituições de crédito, para o SAMS – descongestionando e poupando, à sua custa, milhões de euros ao SNS – mas o Estado considerava-os excluídos dos cuidados de saúde que gratuitamente oferecia aos restantes cidadãos. E esta foi uma longa luta dos Sindicatos pela igualdade de direitos.

Sempre que as contas do Estado tinham problemas graves, o que os sucessivos governos fizeram? Deitaram mão aos fundos de pensões dos bancos públicos – como fizeram com o da CGD – e endireitaram (tanto quanto possível) as contas públicas, beneficiando o País e, conseqüentemente, todos os cidadãos.

Mais tarde, como todos sabem, houve um acordo tripartido – Estado, Bancos e Sindicatos – para a integração dos bancários na Segurança Social – e a partir daí, parte das reformas dos ativos e dos que vieram a integrar os quadros dos bancos ficaram dependentes do sistema geral público. No entanto, ficou sob encargo das instituições de crédito o pagamento das responsabilidades passadas, bem como os respetivos aumentos dos ativos.

Quanto aos bancos, sabemos que não foi só um ou outro que em algumas ocasiões se serviram dos fundos de pensões para equilibrar os seus investimentos...

Por tudo isso, nunca aceitaremos que os bancários sejam novamente discriminados, excluindo-os do direito a receber os 50% da pensão disponibilizada pelo Governo para mitigar os efeitos da escalada da inflação, como os restantes reformados do País.

Porquê? Os reformados bancários não sentem o aumento do custo de vida como todos os cidadãos? Não comem, não pagam eletricidade, gás e combustíveis como os outros? Basta de hipocrisia e malícias para poupar verba – verba essa de que os restantes reformados vão beneficiar.

Como já deixámos claro, os Sindicatos irão até às últimas consequências, utilizarão todos os mecanismos legais ao seu dispor, para que a justiça seja feita com os bancários.

Este é o nosso compromisso, sempre: defender os bancários, estejam no ativo ou sejam reformados! 



5

Sindical

Montepio não respeita quem trabalha



SAMS

Ortopedistas do SAMS realizam cirurgia em direto para especialistas de todo o mundo

26

Sindical

Montepio não respeita quem trabalha | 5
Pedidas audiências a Marcelo e António Costa | 6
O fundamento sindical | 6
BCE: A união faz a força | 8
UNIMED Finance: Trocar experiências é fundamental | 10
Sindicatos da CPLP unidos na defesa dos bancários | 12
UNI Europe Finance debate negociação coletiva | 14

Questões Jurídicas

Os meandros do processo disciplinar | 15

Fundo de Pensões

BPI: Solvência mínima garantida | 18

GRAM

Cursos começam a 10 de outubro | 20

SAMS

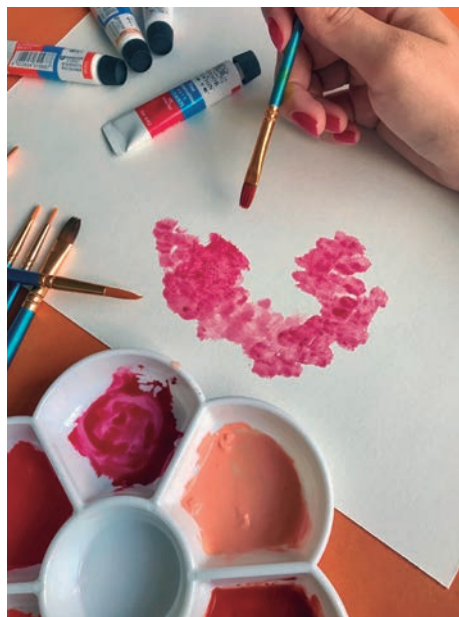
SAMS entrega óculos gratuitos a refugiados | 23
SAMS Pharma comemora nove anos | 24
Ortopedistas do SAMS realizam cirurgia em direto para especialistas de todo o mundo | 26

Tempos Livres

Convívio com Arte visitou Mafra | 29
Regional de Portimão de volta às atividades | 29
Reformados percorreram a Andaluzia | 30
Pesca de mar: Títulos seguem para o Centro | 30

Talento à prova | 31

Passatempos | 34



26

GRAM

Cursos começam a 10 de outubro

Propriedade: Sindicato da Banca, Seguros e Tecnologias – Mais Sindicato
NIF 500 825 556
Correio eletrónico: direccao@mais.pt
Diretor: António Fonseca
Diretor-adjunto: João Carvalho
Conselho editorial: António Fonseca, Cristina Trony, João Carvalho e Vânia Ferreira
Editor: Elsa Andrade
Redação, Edição e Produção:
Rua de São José, 131 | 1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 100 | Fax: 213 216 180
Correio eletrónico: maisbancario@mais.pt
Grafismo: Ricardo Nogueira
Pré-impressão e Impressão: Xis e érre, xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1, 2.º - Dto. | 2810-237 Laranjeiro
Tiragem: 34.325 exemplares (4.325 enviados por correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 310954/10
Registado na ERC: n.º 109.009
www.mais.pt

Estatuto Editorial
Consultável através do endereço:
https://www.mais.pt/atividadesindical/informacao/publicacoes/Pages/estatutoeditorial_bancario.aspx

A publicidade publicada e/ou inserta no Mais Bancário é da total responsabilidade dos anunciantes



Montepio não respeita quem trabalha

Os trabalhadores do banco estão sem atualização salarial desde 2020, situação mais grave ainda face ao agravamento das condições de vida este ano. Apesar dos esforços do MAIS, SBC e SBN as negociações estão bloqueadas, pelo que os Sindicatos ponderam o recurso a outros mecanismos

INÊS F. NETO

As negociações de revisão salarial entre os três Sindicatos Verticais e o Montepio decorrem desde 2021, sem que haja qualquer entendimento devido à intransigência do banco.

Em junho de 2021, o Montepio respondeu à proposta sindical afirmando que não haveria atualização salarial e manteve-se irredutível, tal como a restante banca.

Um ano depois, em junho de 2022, e após finalmente as outras Instituições de Crédito terem chegado a acordo com os Sindicatos relativamente aos aumentos salariais para 2021 e 2022, o MG não acompanhou. Em alternativa propôs:

- Para 2021: 0,2%;
- Para 2022:
 - 1,5% até ao nível 6;
 - 1% para os níveis entre 7 a 9;
 - 0,75% para os níveis 10 a 12;
 - 0,5% para os níveis 13 a 18.

Os Sindicatos de imediato rejeitaram esta proposta por ser uma injustiça para os trabalhadores do banco face aos restantes bancários e tentaram negociar uma solução mais justa.

Lamentavelmente, os Sindicatos continuam até agora sem resposta, o que manifestamente reflete a falta de consideração do Montepio pelos seus trabalhadores.

Tomar medidas

A atual situação é grave para as famílias portuguesas, mas é-o ainda mais para as dos trabalhadores do Montepio. MAIS, SBC e SBN não podem consentir que esta situação se mantenha:

- Face ao aumento generalizado do custo de vida, os Sindicatos não podem aceitar que os trabalhadores do Montepio continuem a ser os únicos bancários sem aumentos salariais desde 2020;
- São já vários os bancos que aplicaram medidas de apoio às famílias, para mitigar o impacto do aumento da inflação. O Montepio, tendo em consideração a sua génese mutualista, não pode deixar de considerar as dificuldades que os seus trabalhadores estão a ter para fazer face ao rápido aumento do custo de vida;
- É urgente obter uma proposta da Administração do Montepio que seja efetivamente uma resposta às dificuldades dos trabalhadores (e suas famílias), que em muito têm contribuído para a recuperação do banco e para o retorno aos lucros, que se verificaram em 2021, mas principalmente no primeiro semestre deste ano.

Agir para quebrar bloqueio

Perante a falta de vontade negocial do Montepio, MAIS, SBC e SBN consideram existir um bloqueio do processo, pelo que ponderam o recurso a outros mecanismos, dos quais brevemente darão conhecimento aos associados. 

Reivindicação dos Sindicatos irá até ao fim

Pedidas audiências a Marcelo e António Costa

Garantias dadas por Ana Mendes Godinho são importantes, mas insuficientes para garantir igualdade entre bancários e restantes reformados e pensionistas no pagamento do complemento de 50% nas pensões. MAIS Sindicato, SBC e SBN já solicitaram audiências ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro

INÊS F. NETO

MAIS Sindicato, SBC e SBN recusam-se a aceitar o empobrecimento dos bancários reformados e tomaram já medidas nesse sentido – como a reunião com a ministra do Trabalho e os pedidos de audiência a Marcelo Rebelo de Sousa e a António Costa – mas outras poderão ser tomadas, como o recurso às entidades competentes para a fiscalização do “pacote legislativo” pelo Tribunal Constitucional.

Garantias da ministra

Para já, na reunião com a ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, dia 20 de setembro,

os três Sindicatos obtiveram duas garantias importantes:

- Nenhum bancário, no ativo ou na reforma, deixará de receber o montante mínimo de 125€, desde que enquadrado no montante anual máximo referido no DL n.º 57-C/2022, de 6 de setembro de 2022;
- Prevalecerá o princípio de que os complementos excecionais pagos, quando for caso disso, pela Segurança Social a bancários reformados não poderão ser absorvidos, a nenhum título, pelos Bancos – o que já aconteceu no passado.

O fundamento sindical

Os três Sindicatos da UGT tornaram pública a sua posição num comunicado publicados nos jornais:

Considerando as medidas que visam mitigar os efeitos da inflação, recentemente anunciadas pelo Governo, o MAIS Sindicato, o SBN e o SBC não admitirão que os bancários reformados sejam objeto de segregação social, não se lhes aplicando as mesmas medidas, na sua totalidade e de acordo com o princípio da igualdade, a que todas as entidades estão adstritas.

Se a ambição legislativa é fazer frente à perda do poder de compra de todos os portugueses, não admitiremos, em nenhum cenário, que os reformados bancários sejam tratados de forma desigual e diferente dos demais reformados. Medidas de combate à perda do poder de compra que excluam os reformados bancários têm um efeito imediato: sedimentam o seu empobrecimento em relação a todos os que estão na mesma situação.

Estes Sindicatos não se conformarão com essa interpretação inconstitucional do pacote legislativo anunciado, caso tal se verifique.

Assim, considerando que:

- A Resolução de Conselho de Ministros n.º 74-A/2022 e DL n.º 57-C/2022 determina o pagamento universal de um complemento extraordinário a reformados e pensionistas, deve ser assegurado o respeito e obediência ao princípio da igualdade, reconhecido e plasmado na Constituição da República Portuguesa;
- Aos bancários não pode ser atribuído um regime mais desfavorável que ao comum dos portugueses;
- As medidas visam mitigar o aumento do custo de vida que afetam todos os portugueses;
- O pacote de medidas apresentadas pelo Governo deve ser aplicado, em condições idênticas, aos bancários, quer estejam no ativo, quer estejam na reforma;



Audiências

No entanto, como impõe a Constituição da República Portuguesa, “A situações iguais, igual tratamento”, os Sindicatos mantêm a posição que defendem desde o primeiro dia: o pacote legislativo em causa, nomeadamente o DL n.º 57-C/2022, de 6 de setembro, cria, como aliás tem sido afirmado pelos titulares governativos, um complemento excecional, pago de uma só vez a todos os pensionistas e reformados.

Entre estes, estão os bancários reformados, que, como todos os portugueses, descontaram para um sistema

previdencial e são igualmente afetados pela inflação que a Legislação em causa visa mitigar.

Nesse sentido – e porque os Sindicatos não aceitam a segregação ilegal e inconstitucional dos bancários reformados – ainda no dia 20 a UGT, central sindical a que pertencem, solicitou a marcação, com carácter de urgência, de uma audiência com o Presidente da República e com o Primeiro-Ministro, de forma a que, ainda em tempo oportuno, se concretize o pagamento da totalidade do complemento, nos termos a que têm direito. ■

- Os princípios da igualdade e da justiça social, pedras basais do Estado de Direito, não podem permitir, independentemente do prisma de análise, outra conclusão que não seja a da universalidade da medida;
- Não considerar os bancários como trabalhadores ou reformados idênticos a todos os outros portugueses não é só criar um fosso entre iguais: é, para pior, colocá-los num gueto social, inadmissível e sem paralelo na história do moderno Estado de Direito.

Das duas uma:

- Ou a Lei é aplicada pelos Bancos de acordo com a interpretação que propomos, única em consonância com a Constituição da República Portuguesa;
- Ou o pacote legislativo do Governo prevê a aplicação, por via direta ou indireta, das medidas anti-inflação a todos os bancários.

Caso tal não suceda,

O MAIS, o SBN e o SBC não deixarão de reivindicar o princípio da igualdade entre reformados, Direito Fundamental de todos os cidadãos, utilizando todos os meios à sua disposição para a defesa desta posição, requerendo, caso seja necessário, às entidades competentes (Presidente da República, Assembleia da República e respetivos Grupos Parlamentares, Procuradoria e Provedoria de Justiça) que desencadeiem junto do Tribunal Constitucional o processo de Fiscalização Sucessiva da Constitucionalidade do referenciado “Pacote Legislativo”.

Entretanto, estes Sindicatos já interpelaram Bancos, Governo e Assembleia da República, a fim de apurarem se a sua interpretação dos Diplomas está em consonância com a posição que ora comunicamos, a única, sublinhamos, que respeita o comando Constitucional de igualdade entre todos, na sua versão mais simples: tratar por igual o que é igual. ■



PEDRO GABRIEL

O Congresso do Comité Permanente dos Sindicatos dos Bancos Centrais Europeus (SCECBU) teve lugar entre os dias 19 e 21 de maio, no Chipre, com a participação de 71 representantes de 37 organizações sindicais de 20 países. Portugal esteve representado por Elizabeth Barreiros e Rui Lavoura, do Mais Sindicato, e por Francisco Rego, do SBN. Sob o lema “Together Stronger”, o Congresso começou com o discurso de Thierry Desanois, presidente do SCECBU, que sublinhou o papel importante do Comité para a defesa dos trabalhadores e da justiça social no seio do SEBC, referindo ainda o impacto da pandemia a nível dos recursos humanos, principalmente no que respeita às medidas que tiveram de ser seguidas a fim de preservar a segurança dos trabalhadores.

Os impactos na saúde, carreira e liderança, assim como o futuro das áreas de missão dos bancos centrais foram também tópicos de preocupação abordados. A sessão de abertura contou ainda com a intervenção do presidente do sindicato anfitrião, Lozios Hadkicostis, do ETYK, e do Governador do Banco Central do Chipre, Constantinos Herodotou.

Sessão de trabalho

Da agenda do Congresso constou a apresentação do relatório de atividades, que focou o trabalho efetuado pelos membros do Bureau Executivo e dos diversos grupos de trabalho durante sete anos, mais dois do que seria expectável devido à pandemia.

O Congresso incluiu ainda a apresentação dos diversos relatórios nacionais, que refletiram a evolução a nível dos respetivos bancos centrais, com foco nos novos modelos de trabalho e nas medidas com maior impacto a nível das condições de trabalho.

Um ponto comum ao longo de todo o Congresso foi a importância do teletrabalho e a maneira como cada banco central tem lidado com esta nova forma de trabalho nomeadamente na aplicação de medidas concretas para o seu correto funcionamento.

As orientações para o próximo mandato (2022-2027) foram apresentadas, bem como eleitos os novos membros dos órgãos executivos. Thierry Desanois (FO, Banque de France) mantém-se como presidente, tendo como vice-presidentes Raoul Barone (FALBI, Banca d'Italia) e Fernando Garces (SAT, Banco de Espana).

Alcance

Na véspera do Congresso, realizou-se o Seminário YUS (Young Trade Unionists Seminar), durante o qual se discutiram as principais problemáticas relacionadas com a falta de participação de jovens no mundo sindical e as principais estratégias a ter em conta no futuro.

Esta iniciativa, a primeira inteiramente dedicada a jovens sindicalistas de bancos centrais, foi concebida e organizada pelo Grupo de Comunicação do SCECBU, liderado por Elizabeth Barreiros, também membro da Secção Sindical de Empresa do Banco de Portugal e presidente da Ala de Quadros da UGT.

Com este evento, pretendeu-se não só dar uma



Bancos Centrais Europeus

A união faz a força

O congresso dos sindicatos dos bancos centrais europeus foi marcado pelo impacto da pandemia nos trabalhadores e o surgimento em força do teletrabalho.

À margem do evento, realizou-se pela primeira vez uma iniciativa inteiramente dedicada aos jovens sindicalistas, que contou com a participação de Tânia Maltez, presidente da Comissão de Juventude do MAIS



oportunidade aos jovens de debaterem a ausência do seu grupo etário no mundo sindical, como também criar uma primeira rede de contactos que contribuirá para o rejuvenescimento do sindicalismo no seio do SEBC.

Proximidade

Destaque para a apresentação de dois vídeos realizados pela atual presidente da Comissão de Juventude do MAIS e da UGT, Tânia Maltez, e pelo presidente cessante, Carlos Moreira.

Ambas as intervenções focaram a temática relacionada com a indiferença dos jovens pelo mundo sindical.

“Quais as principais razões deste afastamento e que

estratégias poderão os sindicatos adotar para promover os seus valores e ações?” foi a questão deixada no ar e que serviu como rampa de lançamento para o debate que se seguiu.

Das principais causas do fraco envolvimento dos jovens no mundo sindical, destacou-se a falha de comunicação por parte dos sindicatos em partilharem com os mais jovens as experiências e as ações importantes levadas a cabo no passado e que conduziram à melhoria das condições de trabalho e de vida de muitos trabalhadores, havendo unanimidade em considerar que é necessária uma maior proximidade dos sindicatos aos seus associados mais jovens. 



UNIMED Finance

Trocar experiências é fundamental

A pandemia de Covid-19 mudou o mundo do trabalho: o teletrabalho e a digitalização são uma realidade. Para enfrentar melhor as mudanças a troca de experiências entre os países é essencial, concluíram os sindicatos participantes na reunião na Turquia

INÊS F. NETO

Os Sindicatos da UNI Finance da área mediterrânica estiveram reunidos na Capadócia, Turquia, a 12 e 13 de maio, com o objetivo de debater temas candentes para as relações de trabalho no setor. O Mais Sindicato esteve presente, representado por Cristina Trony e Vânia Ferreira. No encontro, os representantes da UNI Finanças comunicaram aos presentes as últimas posições e políticas, bem como as prioridades, da UNIMED Finance (UMF), que serão discutidas na agenda da AREA III (Região do Mediterrâneo) com a UNI Europa Finanças. Criar uma união com valores e defendê-los é da maior importância e a UNI será tão forte quanto maior for a união entre todos, frisou Anna Maria Romano, dirigente do CGIL, um sindicato italiano.

Partilhando informação, os representantes de cada país fizeram um balanço do que se passa no setor financeiro. Os participantes manifestaram ainda a satisfação por se ter realizado uma reunião presencial ao final de três anos, o que fortalece a relação entre todos.

Transformação digital

A transformação digital teve e continua a ter um grande impacto em todos os setores de atividade. Os desafios no mundo do trabalho e, concretamente no setor financeiro, são muitos e comuns a todos, independentemente do país – e, consequentemente, os problemas que enfrentam são igualmente muito semelhantes. Nesse sentido, é importante a partilha dos bons e dos maus exemplos, nuns casos como um alerta e, noutros, como possíveis soluções.

Due diligence

As empresas do setor financeiro que operam em vários países não têm o mesmo tipo de políticas em todos eles, e em alguns os direitos humanos não são respeitados. O aumento da violência psicológica no local de trabalho é outro dos problemas identificados e tem maior incidência nas mulheres. Por isso, os Sindicatos têm de estar atentos à forma como a legislação é aplicada e denunciar qualquer forma de abuso.

Mulheres

Com a crise de Covid-19 e as consequências da guerra na Ucrânia, as mulheres são as mais afetadas e quem mais perde os seus postos de trabalho. Assim, potenciar cada vez mais a participação da mulher, quer no mercado de trabalho quer no mundo sindical, é da maior importância, tal como combater a violência psicológica contra elas no local de trabalho. Está a decorrer uma campanha sobre empoderamento feminino – *Woman on Board* – que exige igualdade na representação de mulheres nos cargos de administração.

Juventude

Também os jovens estiveram no centro da discussão da UNIMED, que concluiu haver necessidade de investir na



Cristina Trony e Vânia Ferreira durante os trabalhos



juventude como o futuro do movimento sindical – e por isso importa reorganizar os Jovens da UNI.

Os jovens são cada vez mais individualistas e não se fidelizam a uma entidade patronal nem a uma função. Mudam com facilidade de emprego e até de país. Para eles não é só o salário que é relevante, pois também têm em conta as condições de trabalho e as políticas de flexibilidade.

Igualdade derrota preconceito

É difícil fazer a gestão das circunstâncias de discriminação e preconceito seja de género, raça, ou outra. Os sindicatos têm de garantir que a adoção de valores básicos, de forma a que todas as gerações vivam em sintonia e sem qualquer tipo de preconceito.

Nesse sentido, a UNIMED Finance estará a ponderar levar a cabo iniciativas contra a discriminação, para serem partilhadas de forma coletiva.

Finanças sustentáveis

Dado a importância do tema, impõe-se uma discussão séria sobre o que é ou não permitido.

Os sindicatos devem fazer todo o possível para garantir que na Agenda Social as pessoas estão em primeiro lugar, pois só assim se pode garantir a sustentabilidade.

A questão social tem sido esquecida nesta era digital e torna-se obrigatório encontrar formas de fazê-la regressar ao topo das prioridades.

Cada vez são exigidas mais competências aos trabalhadores e as pessoas são facilmente descartáveis. Há que inverter esta situação.

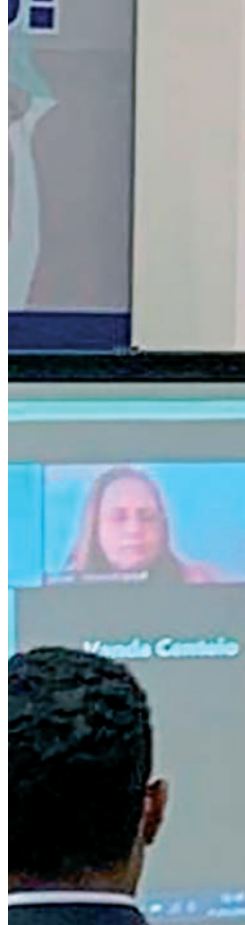
Comunicação

A comunicação não foi esquecida na reunião sindical na Capadócia.

A área mediterrânea é muito grande, com uma diversidade de culturas e diferentes línguas, pelo que há que melhorar a comunicação para tornar os sindicatos desta região mais fortes. Perante esta diversidade e dimensão da área geográfica nem sempre é fácil passar a mensagem face à rapidez com que as mudanças ocorrem, reconhecem. A solidariedade é a palavra de ordem. 

Sindicatos da CPLP unidos na defesa dos bancários

Os impactos da Covid-19 e o teletrabalho foram os temas dominantes do 5.º Fórum da Rede de Sindicatos UNI Finanças da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A partilha de experiências foi enriquecedora para o objetivo de delinear novas estratégias sindicais face aos desafios. O presidente do Mais Sindicato, António Fonseca, marcou presença



PEDRO GABRIEL

O evento decorreu entre os dias 25 e 29 de julho, na Cidade da Praia, em Cabo Verde, tendo contado com a participação do MAIS, SBC e SBN, que representaram Portugal. Os restantes países estiveram representados pelo STIF (Cabo Verde), SNEBA (Angola), CONTRAF CUT (Brasil), SNEB (Moçambique) e STBPSTP (São Tomé e Príncipe). A abertura do Fórum contou com a intervenção do presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, Austelino Correia, logo após as boas-vindas aos participantes por parte de Manuel Gonçalves Varela, coordenador da Rede Sindical e presidente do STIF. Os temas “Impacto financeiro e psicológico da Covid-19 no setor financeiro” e “Aspetos positivos e negativos do teletrabalho” estiveram em debate durante o Fórum, tendo os Sindicatos apresentado a situação real de cada país e as experiências adquiridas.

Semelhanças

Uma das principais conclusões do primeiro painel sobre o impacto financeiro da Covid-19 disse respeito às semelhanças entre os seis países relativamente aos efeitos da pandemia no contexto laboral bancário, pese embora as diferenças entre si, provando mais uma vez que o setor financeiro opera da mesma forma independentemente das realidades, estabelecendo um padrão que ultrapassa fronteiras e esbate diversidades.

Tal como afirmou Júlio Ascensão Silva, antigo secretário-geral da central sindical UNTC-CS de Cabo Verde, “o mundo laboral foi afetado pela Covid. Muitos foram os trabalhadores que viram o seu tempo de trabalho aumentar, enquanto outros foram despedidos. Fecharam balcões, encerraram

empresas, aumentou o trabalho precário e informal”, frisou. O sindicalista salientou ainda o défice no diálogo social e uma negociação coletiva quase inexistente.

Decréscimo

Por seu turno, António Fonseca referiu que em 15 anos, Portugal reduziu em cerca de 50% o número de trabalhadores bancários, o que confere uma ameaça à continuidade da profissão e tem como consequência uma redução drástica do número de sindicalizados, situação agravada pela pandemia. O presidente do MAIS explicou que foram os bancários a manter os serviços em atividade sem nunca serem devidamente valorizados. Ao invés, dois dos maiores bancos avançaram com despedimentos coletivos.

O dirigente lamentou ainda que os lucros que a banca tem vindo a obter não sirvam para aumentar o rendimento dos trabalhadores.

Com isto, o trabalho dos Sindicatos está mais dificultado, uma vez que os bancários têm receio de se manifestar, com medo de represálias.

A concluir, António Fonseca apelou à renovação e atualização dos sindicatos para encontrarem novas estratégias de sobrevivência.

Unidos

As preocupações do MAIS foram partilhadas pelos outros dois sindicatos verticais. O SBN referiu que os bancos voltaram a ter lucros após o período de intervenção da Troika muito à custa da redução dos direitos laborais e que a pandemia veio acelerar a digitalização do setor. Nesta vertente, a falta de trabalhadores resulta em filas nos bancos, pois nem todos os clientes têm capacidade para recorrer às novas tecnologias.



Já o SBC referiu o facto de os bancários terem continuado a trabalhar presencialmente na altura dos confinamentos, prestando um verdadeiro serviço público com riscos sanitários para si e para as respetivas famílias. A fatura chegou sob a forma de despedimentos coletivos apesar dos lucros obtidos pelos bancos. Os restantes sindicatos também partilharam as experiências dos seus países, a que se seguiu um período de debate entre os participantes.

Dos empregadores...

O segundo painel abordou as vantagens e desvantagens do teletrabalho para empregadores e trabalhadores, uma forma de trabalho alavancada pela pandemia.

Os representantes dos Sindicatos partilharam as suas experiências relativamente à prática do teletrabalho no setor bancário dos respetivos países, concluindo-se que a maioria

das vantagens e dos problemas são muitos semelhantes. Uma queixa comum foi a falta ou insuficiência da legislação laboral respetivamente a esta matéria.

No caso dos empregadores, entre as vantagens destacam-se a maior agilidade na realização dos trabalhos, a possibilidade de extensão e flexibilidade dos horários de trabalho, a libertação de espaço, recursos e custos na empresa e a possibilidade de captar talentos internos e externos.

Entre as principais desvantagens conta-se o menor controlo sobre o trabalho realizado, as dúvidas frequentes na informação prestada e os desentendimentos e discussões devido à falta de contacto regular.

...aos trabalhadores

Os dirigentes sindicais enumeraram também as vantagens do teletrabalho para os trabalhadores, desde logo a redução de despesas com deslocações e refeições, uma maior liberdade e autonomia de trabalho que resulta no aumento da produtividade e gestão do tempo e uma menor carga de stresse.

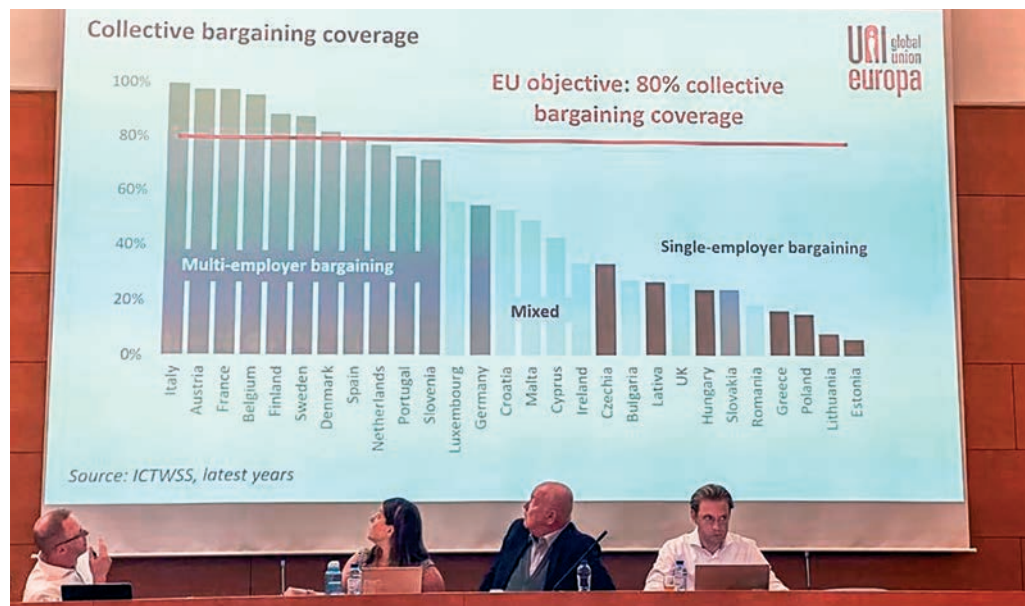
As jornadas de trabalho que vão além do horário normal é uma das principais desvantagens elencadas pelos sindicatos, a que se junta o isolamento e a falta de ligação física com a empresa, a progressão de carreira teoricamente mais difícil e as condições de trabalho nem sempre adequadas ao exercício das funções.

Face a tudo isto, são vários os desafios com que os sindicatos se deparam, como o distanciamento social, a contratação coletiva adaptada à nova realidade, a redução do número de trabalhadores, a intransigência/resistência de algumas entidades patronais em aplicarem políticas de trabalho flexível e o direito a desligar, entre muitas outras. ■



UNI Europe Finance

debate negociação coletiva



A reunião do Steering Group da UNI Europe Finance abordou vários temas relacionados com o setor financeiro, desde a negociação coletiva à ausência de melhores condições para os trabalhadores. Cristina Trony representou o Mais Sindicato no evento

PEDRO GABRIEL

Bruxelas acolheu no dia 13 de junho mais uma reunião do Steering Group da UNI Europe Finance.

Depois da intervenção inicial do presidente Michael Budolfson, foi feita uma apresentação do projeto intersectorial da UNI Europa e o papel e contributos que se esperam do setor financeiro.

A apresentação esteve a cargo de Stan De Spiegelaere, diretor da UNI Europa, que abriu ainda o debate sobre a situação da negociação coletiva no setor financeiro. Em aberto ficou a possibilidade da realização de dois workshops online sobre contratação coletiva.

Os representantes fizeram um resumo sobre a situação atual da contratação coletiva nos respetivos países.

Responsabilidade

De seguida, nova apresentação, desta feita de uma proposta da Comissão Europeia de uma Diretiva sobre Due Diligence de Sustentabilidade Corporativa e o respetivo impacto no setor financeiro.

Lisa Nathan, consultora da UNI Global, lançou a questão sobre que ações podem os sindicatos tomar em relação a empresas que operam em mais do que um país e que não tratam os trabalhadores da mesma forma nem respeitam os direitos humanos. A falta de legislação e a forma como deve ser feita foi um dos pontos-chave, assim como o

Brexit e as implicações que está a ter no setor financeiro. Por seu turno, Marco Cilento, responsável pela política institucional da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), apresentou um trabalho sobre aspetos sociais de finanças sustentáveis da CES bem como as atividades realizadas pela UNI Europa Finance.

Mais mulheres...

O papel das mulheres também esteve em debate durante o encontro, nomeadamente a forma como se pode potenciar a sua participação na liderança das empresas e nos sindicatos.

Foi referido também o facto de terem sido as mulheres a perderem mais postos de trabalho com o surgimento da crise.

...e jovens

A participação ativa dos jovens nas empresas e nos sindicatos também foi encorajada, chegando-se à conclusão que os jovens sentem dificuldade em fidelizar-se a algo devido à rotatividade que sofrem no trabalho. O importante para a juventude já não passa só pelo valor salarial mas também pelas condições laborais, como a flexibilidade ou a possibilidade de teletrabalho.

A digitalização no setor financeiro foi outro dos temas abordados, chegando-se à conclusão que esta exige altas e constantes qualificações aos trabalhadores sob o risco de ocorrer ainda mais desemprego. ■

São variadas e complexas as diferentes fases do processo e todas as ocorrências que dele podem surgir, pelo que os bancários devem estar cientes da tramitação do procedimento, da existência de prazos e das consequências que o seu não cumprimento acarreta

João Escarduçã*



Os meandros do processo disciplinar

Considerando que o processo disciplinar, seja em que circunstância for, é o único meio que o empregador tem ao seu dispor para proceder ao despedimento de um trabalhador invocando justa causa, e tendo em conta o elevado número de processos disciplinares que, nos

últimos tempos, têm chegado às mãos dos advogados dos Serviços Jurídicos do Sindicato, impõe-se que neste espaço abordemos, de forma necessariamente resumida, alguns dos principais aspetos que os trabalhadores devem reter e ter em consideração no âmbito da relação

profissional e respetivas vicissitudes.

Antes de mais, é imperioso que qualquer trabalhador, bancário ou não, saiba que em Portugal não há "despedimentos de boca", nem nenhum contrato de trabalho que possa, legalmente, ser cessado unilateralmente pelo empregador sem a existência de uma acusação onde constem circunstanciadamente os factos de que o trabalhador é acusado, comunicação da intenção daquele em proceder ao despedimento e a garantia de defesa do trabalhador. Esta garantia tem origem na própria Constituição, que no art.º 32.º n.º 10 estatui que, em qualquer processo sancionatório, os direitos de defesa e audiência do arguido são assegurados.

Prazos

Também não existe, à luz do Código do Trabalho, um direito perpétuo ao exercício do poder disciplinar. Na verdade, esse direito prescreve, nos termos do art.º 329, um ano após a prática da infração (ou no prazo de prescrição da lei penal se os factos constituírem crime)

ou um ano contado da data em que é instaurado quando, nesse prazo, o trabalhador não for notificado da decisão final.

O direito de o empregador exercer o poder disciplinar pelos factos que vão constar na Nota de Culpa caduca no espaço de 60 dias a partir do momento em que chegam ao conhecimento do empregador ou de quem na empresa detenha competência disciplinar. É, por isso, muito importante que o trabalhador esteja alerta e consciente deste facto para poder munir-se de elementos que o demonstrem, quando e se necessário for.

Refira-se, contudo, que antes da notificação da nota de culpa ao trabalhador, pode o empregador, a fim de apurar com detalhe e precisão todos os contornos das suspeitas que possui, dar início a um processo de inquérito prévio e inquirir testemunhas e o próprio trabalhador suspeito de ter cometido a(s) infração(ões). O processo prévio de inquérito interrompe os prazos de caducidade e de prescrição acima referidos, conferindo ao empregador 30 dias entre as suspeitas da infração e o início do inquérito e mais 30 dias desde o final do inquérito até à notificação da nota de culpa.

Atenção ao que se diz!

O facto de estar adstrito ao dever de lealdade para com a entidade patronal impõe ao trabalhador a necessidade de colaborar e de responder com verdade às diligências e questões que o empregador ou o instrutor nomeado lhe colocarem. Ao contrário do que sucede, por exemplo, no direito penal, onde prevalece o princípio do direito à não autoincriminação, aqui tudo o que o trabalhador disser pode ser usado para o prejudicar e até para o despedir – motivo pelo qual este momento se reveste de decisiva e fundamental relevância e onde o aconselhamento com um advogado assume capital importância.

Recebida a nota de culpa, o trabalhador toma conhecimento da intenção do empregador de despedi-lo, ou não, e inicia-se o prazo de dez dias úteis ou quinze dias úteis para quem estiver abrangido pelo ACT do setor bancário, para a defesa consultar fisicamente o processo disciplinar, contestar a nota de culpa e oferecer todas as provas que a suportem, requerer diligências probatórias pertinentes e indicar as testemunhas que pretende sejam ouvidas, nunca em número superior a três por cada facto, num total máximo de 10.

Se, no momento em que o notifica da Nota de Culpa, o empregador não comunicar ao trabalhador a intenção de despedi-lo, fica precluído esse direito e no final do processo apenas poderá ser aplicada ao trabalhador uma sanção conservatória da relação de trabalho.

Sanções

As sanções previstas no Código do Trabalho aplicáveis aos trabalhadores são: repreensão, repreensão registada, sanção pecuniária, perda de dias de férias, suspensão do trabalho com perda de retribuição e de antiguidade e despedimento sem indemnização ou compensação, sendo que, no caso de sanções pecuniárias aplicadas a



trabalhador por infrações praticadas no mesmo dia, estas não podem exceder um terço da retribuição diária (um quarto, no caso do ACT do setor bancário) e, em cada ano civil, a retribuição correspondente a 30 dias (10 dias no ACT do setor bancário).

Já no que à suspensão do trabalho se refere, esta não pode exceder 30 dias por cada infração (24 dias no ACT do setor bancário) e, em cada ano civil, o total de 90 dias (60 dias no caso do ACT do setor bancário).

Refira-se ainda que com a notificação da nota de culpa pode o empregador suspender preventivamente o trabalhador com o fundamento de que a presença deste na empresa se mostre inconveniente. A suspensão preventiva pode ainda ser aplicada nos 30 dias anteriores à notificação da nota de culpa se for devidamente justificada por escrito, tendo em conta a necessidade de se averiguarem os factos e a inconveniência da presença do trabalhador na empresa.

Em ambos os casos de suspensão preventiva a retribuição continuará a ser integralmente paga, enquanto a mesma se mantiver (em regra até ao fim do processo). Findas as diligências probatórias requeridas pelo trabalhador, deve o processo, na íntegra, ser remetido à Comissão de Trabalhadores ou apenas ao Sindicato respetivo se o trabalhador assim o requerer, para emissão de parecer fundamentado e junto ao processo.

A decisão do processo disciplinar, escrita e fundamentada, deve ser proferida no prazo de 30 dias,

que no caso do ACT do setor bancário são 30 dias úteis, sob pena de caducar o direito de o empregador aplicar qualquer sanção, devendo esta, quando aplicada, ser adequada e proporcional à culpabilidade do trabalhador. Não se conformando com a aplicação da sanção conservatória, dispõe o trabalhador do prazo de um ano para proceder à impugnação judicial dessa decisão.

Impugnação

Quanto à decisão de despedimento, dispõe o trabalhador de 60 dias para, judicialmente, proceder à impugnação do mesmo. Existindo fundamentos para requerer a suspensão do despedimento através do recurso a uma providência cautelar, deverá fazê-lo no prazo de 5 dias (art.º 386.º do Código do Trabalho).

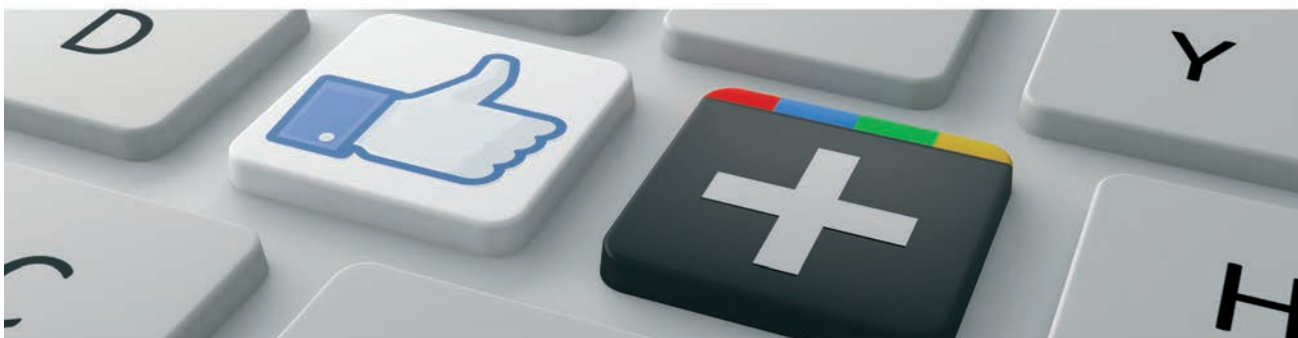
São variadas, complexas e, por vezes, surpreendentes as diferentes fases do processo e todas as ocorrências que dele podem surgir, pelo que devem os trabalhadores, e os bancários em particular, estarem cientes da tramitação do procedimento, da existência de prazos, das consequências que o seu não cumprimento acarreta e da necessidade de consultar um advogado que patrocine a defesa de uma forma rigorosa e robusta.

Os sócios do MAIS sabem que os Serviços Jurídicos deste Sindicato estão hoje, como sempre, preparados e ao dispor sempre que os bancários necessitam.

**Advogado do Mais Sindicato*

SAMS

SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA MÉDICO-SOCIAL



Estamos nas redes



Siga-nos!



Fundo de Pensões BPI: solvência mínima garantida

O resultado foi conseguido através de uma contribuição extraordinária por parte do Banco BPI, único associado do Fundo. A rentabilidade real foi ainda superior à inflação

PEDRO GABRIEL

A Comissão de Acompanhamento analisou o relatório do atuário do Fundo de Pensões de Benefício Definido do BPI, composto por três documentos: Relatório do Atuário Responsável, Relatório Financeiro dos Fundos de Pensões e Relatório de revisão limitada sobre os elementos financeiros. O Plano de Pensões do Banco BPI é um plano complementar ao Regime Geral da Segurança Social.

População

Os dados da população total coberta (Quadro I e Quadro II) revelam uma responsabilidade constituída por 7.956 ativos (-2,9% em relação a 2020) incluindo 3.357 ex-participantes (-1,8%). O número de reformados e pensionistas cifra-se nos 9.090, uma variação de -0,4% em relação a 2020. Os beneficiários representam 53,3% da população total (52,5% em 2020) enquanto os ativos totalizam 46,7% (47,5% em 2020).

Responsabilidades

Foi utilizado o Projected Unit Credit para o apuramento das responsabilidades por serviços passados. De acordo com o quadro III, as responsabilidades com serviços passados são repartidas entre Participantes, com 34,8% (37% em 2020), e Beneficiários, com 65,2% (63% em 2020). Destes 34% dizem respeito a pensões de reforma e invalidez, 22,8% a pré-reformas

Quadro 1 Participantes Ativos

Ativos 2020	Número de pessoas	Idade Média	Antiguidade média elegível	Salário médio anual
Ativos < 66 anos	4,771	45,4	19,7	29517
Ativos > = 66 anos	6	66,9	39	239124
Ex-Participantes	3,418	46,4	5,3	8277
Pré-reformados	0	-	-	0
Total	8195	45,8	13,7	276918
Ativos 2021	Número de pessoas	Idade Média	Antiguidade média elegível	Salário médio anual
Ativos < 66 anos	4594	46,2	22,2	23384
Ativos > = 66 anos	5	65,9	39,4	14066
Ex-Participantes	3357	47,2	5,6	8585
Pré-reformados	-	-	-	-
Total	7956	46,6	15,2	46035
Variação % ativos	-2,9%	1,7%	10,9%	-83,4%

Quadro 2 Beneficiários

2020	Número de pessoas	% do total global	Idade média	Pensão média anual
Reforma por velhice	6 009	34.8%	75,1	17,811
Reforma por invalidez	206	1.2%	59,6	15,28
Pré-reforma / reforma antecipada	1 172	6.8%	60	33,797
Viuvez / Orfandade	1 668	9.7%	72,9	8,573
Totais	9055	52.5%	72,4	18.121
2021	Número de pessoas	% do total global	Idade média	Pensão média anual
Reforma por velhice	6118	35,9%	75,5	17838
Reforma por invalidez	153	0,9%	58,4	15178
Pré-reforma / reforma antecipada	1071	6,3%	61,7	3448
Viuvez / Orfandade	1748	10,3%	73,2	903
Totais	9090	53,3%	73,1	37367

Quadro 3 Responsabilidades com serviços passados: Valor, Repartição e crescimento

Responsabilidades passadas	Valores em euros 2020	%	Valores em euros 2021	%	variação %
Participantes	627 220 859,00	33,4%	579 164 618	31,2%	-7,7%
< 66 anos	625 237 000	33,3%	577 180 907	31,1%	-7,7%
≥ 66 anos	1 983 859	0,1%	1 983 711	0,1%	0,0%
Pré-reformados		0,0%			
Ex-participantes	67 101 839	3,6%	67 515 755	3,6%	0,6%
Totais	694 322 698	37,0%	646 680 373	34,8%	-6,9%
Beneficiários					
Velhice	557 744 091	29,7%	596 263 483	32,1%	6,9%
Invalidez	41 228 239	2,2%	34 597 961	1,9%	-16,1%
Pré-reforma/reforma antecipada	448 761 760	23,9%	422 863 404	22,8%	-5,8%
Viuvez/Orfandade	133 992 191	7,1%	156 101 722	8,4%	16,5%
Totais	1 181 726 280	63,0%	1 209 826 570	65,2%	2,4%
Total (Participantes+Beneficiários)	1 876 048 978	100,0%	1 856 506 943	100,0%	-1,0%

e reformas antecipadas e 8,4% a viuvez/orfandade.

O valor das responsabilidades passadas totais diminuiu 1%, sendo que a diminuição do valor dos participantes ativos diminuiu 6,9% e o dos beneficiários aumentou 2,4%. O nível de financiamento das responsabilidades passadas com participantes ativos é de 116,5% contra 82% em 2020.

Exigências cumpridas

O quadro IV mostra que o nível de financiamento global aumentou 103% (93,5% em 2020).

Em janeiro de 2021, o Banco BPI efetuou uma contribuição no valor de 87.145.644 euros, de forma a garantir um nível de financiamento global mínimo de 95% das responsabilidades

Quadro 4 Nível de financiamento

Nível de Financiamento (euros)	2020	2021	Variação %
1 Responsabilidades totais	1 876 048 978	1 856 506 943	-1,0%
2. Responsabilidades serviços passados			
participantes ativos	694 322 698	646 680 373	-6,9%
pensionistas e reformados	1 181 726 280	1 209 826 570	2,4%
3. Valor do Fundo	1 754 187 199	1 914 832 517	9,2%
3.1. Valor Fundo afeto a Participantes	572 460 919	705 005 947	23,2%
4. Nível financiamento Global (3/2)	93,50%	103%	9,6%
4.1 Participantes ativos	82,40%	109%	26,6%
4.2 Pensionistas	100%	100%	0,0%

com os Participantes e de 100% com os Beneficiários (reformados e pensionistas), satisfazendo assim as exigências das autoridades de supervisão em relação à solvência mínima.

A gestão financeira foi, no exercício de 2021, eficaz em termos de rentabilidade e risco, sendo de sublinhar a obtenção de um nível de rentabilidade real acima da inflação prevista pelo INE para 2021, de 1,3%. ▶

Cursos começam a 10 de outubro

O GRAM retoma os cursos de formação artística,
este ano com mais de uma dezena de opções



O que vamos aprender?

INÊS F. NETO

Os cursos do GRAM iniciam-se no dia 10 de outubro, com uma paleta variada de opções à disposição dos sócios. Do desenho à restauração de madeira, das técnicas de pintura ao vitral, são 11 formações à escolha.

Sempre com excelente receção e vontade de participar para assim desenvolverem a sua veia artística, as aulas são muito disputadas pelos sócios. Quanto mais cedo se inscrever, melhor! Envie um mail para: administrativa@mais.pt

Cursos	Formador	Horários
Desenho	Sofia Vargues	Quinta: 10h00 12h00
Encadernação	Paula Cristina Pires	Terça: 10h30 12h30; 13h30 15h30
Restauro de livros	Paula Cristina Pires	Terça: 15h45 17h45
Iniciação ao restauro de madeira	Maria de Fátima Simôa	Segunda: 11h00 13h00; 15h00 17h00
Registos	Maria de Fátima Simôa	Quinta 11h00 13h00; 15h00 17h00
Pintura em aquarela, acrílico e outros	Esmeralda Leal	Segunda: 14h00 16h00
Pintura em porcelana, Companhia da Índia	Maria Graça Cravo	Quarta: 10h00 12h00; 14h00 16h00
Restauro de louça	Conceição Pereira	Terça: 11h00 13h00; 15h00 17h00
Técnicas de pintura	Ângela Dias	Terça: 11h00 13h00;
Fusing/ Vitral	Vitor Cravo	Quarta: 10h00 12h00; 14h00 16h00

sensilis | Sensitive Skin Lab

Desafie a idade da sua pele sensível

UPGRADE [AR]

-43%¹ de rugas num mês.
Acalma a vermelhidão numa hora.¹

1. Estudo clínico realizado em 20 voluntárias.

Dermatologicamente testado em pele sensível.

ENCONTRO ANUAL DO GRAM



Mulheres Bancárias, Passado Presente e Futuro

Sócia | **30€**
Cônjuge | **35€**
Filhos até aos 4 anos | **gratuito**
Filhos dos 5 aos 11 anos | **15€**
Filhos dos 12 aos 18 anos | **30€**
Suplemento de quarto individual | **15€**

Inscrições | administrativa@mais.pt
Informações | gram@mais.pt

Tryp Hotel | Costa da Caparica
21 a 23 | Outubro | 2022



Encontro de JOVENS BANCÁRIOS

Competências Comportamentais
para o Êxito Profissional



30 setembro 2 outubro
Sines Sea View Hotel | Sines

Participantes | Sócios até aos 35 anos

Inscrições | Administrativa@mais.pt
Informações | juventude@mais.pt

Preços de inscrição

Sócios | 10,00 €
Cônjuge/Companheiro(a) | 20,00 €
Filhos de sócios até 4 anos | Gratuito
Filhos de sócios dos 5 aos 12 anos | 10,00 €
Suplemento quarto single | 15,00 €

2022

Mais
Sindicato do
Sector Financeiro

 COMISSÃO DE
Juventude



SAMS entrega óculos gratuitos a refugiados

Parceria entre o SAMS e o Conselho Português dos Refugiados beneficia um grupo de refugiados com problemas de visão

O SAMS assume o princípio de que todos devem ter acesso à saúde. Numa iniciativa que procura responder a esse desígnio, o presidente do Conselho Executivo do SAMS, António Fonseca, esteve nas instalações do Conselho Português dos Refugiados (CPR), a 20 de julho, para entregar óculos graduados a um grupo de refugiados. O rastreio tinha sido realizado a 20 de junho, data em o SAMS e o CPR assinalaram o Dia do Refugiado, com um rastreio oftalmológico.

Um mês depois realizou-se uma pequena cerimónia para a distribuição dos novos óculos a todos os refugiados que apresentaram esta necessidade. Além de óculos para ver ao perto, ao longe e de sol, ficou a promessa de que esta parceria irá prolongar-se no futuro e sempre que existam necessidades por satisfazer.

Acesso à saúde

"Às vezes, temos tanta sorte com a nossa envolvente que nos esquecemos do que é chegar a um sítio e não ter nada. Foi a pensar nestas pessoas que desenvolvemos esta ação. Ninguém devia ser privado de ter acesso à saúde. É um enorme orgulho podermos trabalhar com o CPR para fazer a diferença", referiu António Fonseca, presidente do Conselho Executivo do SAMS e da Direção do MAIS. Para o CPR, "a saúde é essencial para a integração das pessoas refugiadas no nosso país, sendo esta uma das principais prioridades da nossa organização. A especialidade de Oftalmologia é das que exige maior necessidade de apoio, por isso, e graças a esta parceria, hoje conseguimos fazer a diferença."



Acolhimento e integração

O CPR foi constituído em 20 de setembro de 1991 por um conjunto de personalidades de diversos quadrantes da sociedade portuguesa. Teresa Tito de Moraes foi eleita presidente da Direção, cargo que manteve até março de 2019.

A pequena ONG que nasceu há mais de duas décadas apenas com dois trabalhadores, um punhado de voluntários e o patrocínio exclusivo do ACNUR, é hoje uma organização bem consolidada, com mais de seis dezenas de colaboradores, com vários projetos em curso, financiados por entidades diversas, que visam o acolhimento e integração de refugiados, a promoção de políticas de asilo humanitárias e sustentáveis, a formação e a sensibilização para esta temática e para os direitos humanos em geral. 

samspharma

comemora **nove anos**

É já em outubro, na última semana do mês, que a parafarmácia do SAMS assinala o nono aniversário, mas os presentes são para os beneficiários e utentes: uma campanha com muitas surpresas e descontos. Uma oportunidade para visitar o espaço, a equipa e os produtos à disposição



INÊS F. NETO

O SAMS preocupa-se em atender todas as necessidades dos seus beneficiários, razão por que há nove anos abriu a SAMSPharma no Centro Clínico de Lisboa, um local onde quem ali vai pode encontrar todos os produtos que não exigem receita médica. Filipa Reis é a responsável pela loja e lidera uma equipa especializada que está apta a responder às expectativas dos mais exigentes

P – A SAMSPharma é uma parafarmácia. O que esse conceito implica?

R – É concebida à imagem da típica farmácia, apenas não vende medicamentos com receita médica e comparticipados. Além disso, abrange um leque mais

diversificado de cosmética e perfumaria em relação à típica farmácia.

P – Que tipo de produtos podem ser adquiridos?

R – Os produtos comercializados na parafarmácia estão relacionados com saúde, higiene e bem-estar, nomeadamente Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica (MNSRM), suplementos alimentares, ortopedia, capilares, cosmética e perfumaria, higiene oral e puericultura.

P – De que forma a SAMSPharma se diferencia das restantes lojas do género?

R – O fator diferenciador da SAMSPharma em relação à típica parafarmácia prende-se com o fato de estar mais focada no meio em que se insere, tentando ir ao encontro das necessidades dos beneficiários e utentes do SAMS, bem como das necessidades evidenciadas pelas especialidades exercidas no Centro Clínico. Assim, existe a preocupação em adequar a vasta oferta a um público específico, ao invés da oferta para o público geral como nas demais parafarmácias, visto que tentamos ser um complemento da vasta oferta de serviços do Centro Clínico do SAMS, em articulação com o respetivo corpo clínico.

Equipa especializada

P – Entre a multiplicidade da oferta – da dermocosmética, perfumaria, produtos capilares e de higiene oral à puericultura, ortopedia e MNSRM – qual é mais procurada pelos beneficiários?

R – Sem dúvida os produtos mais procurados são os Medicamentos Não Sujeitos a Receita Médica e suplementos alimentares, bem como produtos de cosmética.



P – A equipa da SAMSPharma está capacitada para prestar apoio na seleção dos produtos?

R – Temos uma equipa especializada em dermocosmética e farmácia, com *know-how* nos produtos comercializados. Sendo que, além da necessária habilitação própria, com regularidade recebem formações, capacitações das diversas marcas com que trabalhamos, a fim de possuir um conhecimento profundo dos produtos comercializados, não só nas suas características, mas também das técnicas e processos de utilização.

P – Que outro tipo de apoio a equipa pode dispensar?

R – Aconselhamento personalizado nas diversas áreas, bem como para a resolução de problemas ou dúvidas que não impliquem consulta do médico. Em alguns casos recomendamos a opinião do médico da especialidade.

Vantagens especiais

P – Há vantagens especiais para os beneficiários?

R – Evidentemente. Os beneficiários têm vantagens através de descontos exclusivos de 10% em dermocosmética e perfumaria, assim como o acesso a campanhas esporádicas, com maior desconto, não acumulável.

P – E para os que têm FSA?

R – Para podermos beneficiar os clientes que nos têm acompanhado, a partir do próximo ano serão concedidos adicionalmente 10% em dermocosmética e perfumaria, higiene oral e capilares.

P – Em algumas ocasiões decorrem campanhas. Em que consistem?

R – As campanhas têm várias dinâmicas, como aconselhamento especializado de promotoras das marcas, brindes, cabaz em sorteio de cosmética, sorteios de descontos e obviamente descontos mais vantajosos que o habitual.

Informamos sobre as campanhas nas redes sociais do Sindicato e temos uma base de dados, facultada pelos beneficiários e utentes, através da qual prestamos informação sobre as campanhas, mediante a sua marca de interesse.

P – Utes que venham ao Centro Clínico podem adquirir produtos na SAMSPharma? As campanhas também os incluem ou são exclusivas para beneficiários?

R – Qualquer pessoa pode comprar na SAMSPharma e adquirir produtos nas campanhas esporádicas. No entanto, os beneficiários e os sócios com FSA têm descontos exclusivos durante todo o ano.

Aniversário

P – Há a preocupação de acompanhar as novas tendências, por exemplo na dermocosmética ou perfumaria?

R – Estamos a par das tendências do mercado, quer a nível de lançamentos de produtos, como da marca “Sensilis”, quer a nível das necessidades do cliente e da atualização do mercado.

P – A SAMSPharma assinala o 9.º aniversário em outubro. Que ações estão planeadas para a comemoração?

R – Nos aniversários – e este não será exceção – preparamos dinâmicas de aconselhamento com promotoras, degustação de suplementos alimentares, brindes, sorteio de cabazes, sorteios de descontos e descontos adicionais nas diversas marcas. ▶



Ortopedistas do SAMS realizam cir para especialistas de todo o mundo

ELSA ANDRADE

Clara Azevedo e Ana Catarina Ângelo desenvolveram uma técnica inovadora e menos agressiva para a problemática das roturas da coifa dos rotadores (um dos grupos de músculos mais importantes para a mobilidade do ombro)

que tem recebido o interesse da comunidade médica e científica. As duas ortopedistas do SAMS foram convidadas a participar num curso internacional para ensinarem a sua técnica a especialistas de todo o mundo. Trata-se do Toulouse Advanced Shoulder Course – 24 hours non-stop surgical procedures, conhecido como

entre as 12h00 e 13h00 do dia 13 de outubro, diretamente do Hospital dos Olivais.

P – Como se dá a vossa participação neste curso?

R – Fomos convidadas pelo presidente da Sociedade Francesa de Cirurgia do Ombro e Cotovelo, Dr. Jean Kany,

porque participamos em múltiplos eventos científicos em que divulgamos as técnicas que utilizamos no tratamento de patologias diversas do ombro e do cotovelo.

P – Nesta sexta edição há novidades...

R – Sim, há. A componente do treino em cadáver é realizada em Toulouse, onde opera o Dr.

Kany, e também em Brisbane, na Austrália, onde trabalha o Dr. Ashish Gupta.

Os outros dois dias são dedicados à transmissão das cirurgias ao vivo, com o interesse de este curso ser realizado consecutivamente, acompanhando-se cirurgias em vários pontos do mundo, da Europa à Ásia, à Austrália, aos Estados Unidos, com diferentes fusos horários, e em que as cirurgias estão a ser realizadas mesmo nas instituições em que trabalham os especialistas.

P – O que está previsto para a vossa intervenção?

R – O objetivo é realizarmos a cirurgia especial para tratar lesões muito graves de um grupo de tendões do ombro, que quando se rasgam não são passíveis de ser reparados – só com esta técnica é possível tratar a disfunção daí resultante. Esta cirurgia tem uma indicação muito rara para uma patologia em si rara e a nossa técnica já foi descrita na revista do Sindicato (O Bancário n.º 211, fevereiro de 2020). Como começámos a fazer a técnica muito cedo e em Portugal ainda somos praticamente as únicas a utilizá-la, os nossos resultados são muito acompanhados. E embora no mundo já haja quem faça como nós, a parte original é nossa, e daí este convite de Jean Kany para fazermos a técnica original, desde a colheita do enxerto na coxa, que é uma parte muito original e inovadora, até à parte da cirurgia no ombro, que é minimamente invasiva por ser artroscópica.

Prevenir imprevistos

P – A cirurgia será realizada num doente que já acompanham?

R – O doente ainda não está selecionado. Vamos ter dois doentes agendados, mas, neste contexto de pandemia, um deles, ou mesmo os dois, pode testar positivo e a cirurgia ter de ser adiada. Ou pode surgir algum problema no bloco operatório, ou qualquer outro inconveniente. Por não podermos adiar a transmissão, como alternativa já gravámos a cirurgia de um dos doentes que operámos, de forma a garantir que no momento da transmissão 

**Clara Azevedo e Ana Catarina
Ângelo foram convidadas a
explicar a sua técnica inovadora
para cirurgias do ombro num
curso internacional
em direto**



urgia em direto

Le Mans por analogia à famosa prova automobilística, pois na origem o curso era de 24 horas/24 cirurgias. A sua dinâmica evoluiu e nesta sexta edição não só dilatou a duração para três dias, como aumentou o número de cirurgias, 35, os países participantes e os cirurgiões envolvidos. As cirurgiãs do SAMS farão a sua intervenção



em direto temos este back-up, que é exequível e já está combinado com os organizadores. Nesse caso, será uma cirurgia *relive*, filmada do princípio ao fim e depois transmitida, não em direto, mas como se fosse. Lá estaremos para comentar tudo, com o presidente do Congresso e com o chairman, o Dr. Ashish Gupta, e a discussão será transmitido ao vivo. De salientar que é garantido o anonimato dos doentes envolvidos, não sendo possível identificá-los, além de previamente terem concordado com a divulgação para fins científicos.

P – Quantas pessoas previsivelmente estarão a assistir à cirurgia?

R – Na última edição, antes da pandemia de Covid-19, assistiram ao curso mil cirurgiões dedicados a esta subespecialidade. A expectativa é que agora a adesão seja superior.

O impacto do curso, o grande atrativo de diminuir a pegada de carbono – evita a todos estes conferencistas circularem pelo mundo – e a vantagem de perder menos dias de trabalho são fatores para a grande adesão da comunidade científica e ortopédica.

Ou seja, os doentes não ficam prejudicados por uma ausência tão prolongada dos ortopedistas dos consultórios e das cirurgias.

P – Quais são as vossas expectativas com esta participação?

R – Apesar de esta técnica já estar divulgada e publicada em revistas científicas americanas de alto impacto e de os

artigos terem sido muito citados, nunca chegamos a todos os colegas.

O que aprendemos no nosso percurso de ensino pós-graduado e entre pares é que há sempre um grupo de colegas que não conhece completamente ou tem receio de fazer a técnica, até porque a parte da colheita parece complicada. A nossa expectativa é que vendo a cirurgia a acontecer ao vivo, com a colheita e depois a passagem do enxerto para dentro da articulação do ombro, percebam que na verdade a nossa técnica é bastante simples – é uma questão de cumprir todos os passos de forma metódica – e mais colegas adiram, porque esta técnica é uma solução muito boa.

Temos informação de que todos os colegas que já a realizaram tiveram também bons resultados, e daí a expectativa de uma maior implementação, de forma global, dando-lhe mais visibilidade. Ao assistir à cirurgia, connosco a fazê-la, a comentar e a responder a perguntas no imediato, percebam que é uma cirurgia exequível. É uma forma de fazer chegar até nós, em tempo real e simultaneamente, ortopedistas do mundo inteiro, sem terem de deslocar-se ao hospital do SAMS.

Doentes externos vêm ao SAMS

P – A vossa técnica traz ao SAMS doentes de fora?

R – Sim, de todo o continente, das ilhas e até do estrangeiro. Já operámos doentes recomendados por colegas de outros países, bem como doentes, nomeadamente bancários, que tiveram conhecimento destas opções através da revista e vêm por iniciativa própria, ou referenciados por colegas que conhecem as técnicas que utilizamos.

Apesar de ser uma cirurgia com alguma complexidade, é perfeitamente exequível em regime de ambulatório – o doente entra no próprio dia, passa uma noite e sai na manhã do dia seguinte – tornando tudo mais fácil.

Temos muita experiência, a maior parte casuística, por isso é natural que os colegas prefiram encaminhar os doentes para nós e assim terem uma probabilidade de sucesso superior. Esta cirurgia não é infalível, não há uma cirurgia perfeita. Mas é uma solução para um problema muito complicado...

P – Têm o apoio do SAMS nesta iniciativa?

R – Sem dúvida. Sem a colaboração do coordenador de Ortopedia, Dr. Carlos Ferreira, da Direção do Hospital e da Direção Clínica, seria impossível. Têm sido incedíveis, porque logisticamente não é fácil.

É preciso que as chefias tenham a visão de que fazer a divulgação das inovações do SAMS é importante para mostrar que aqui se trata os doentes ao mais alto nível, com técnicas muito diferenciadas que beneficiam os doentes, e assim não têm de ir a outras instituições. E temos equipamentos inovadores. Este tipo de cirurgia implica a utilização de material sofisticado, implica um investimento da Instituição e apoio para que se possa utilizá-lo. A artroscopia utiliza equipamento muito caro e no SAMS utiliza-se equipamento de ponta. E isso traduz-se em melhores resultados para as pessoas. ▀

Convívio com Arte visitou Mafra

PEDRO GABRIEL

Antes da interrupção para férias, a iniciativa contemplou uma visita ao Convento de Mafra



O Convívio com Arte continua a seguir a todo o gás e a proposta para o mês de julho, no dia 30, foi um passeio à vila de Mafra, que reuniu mais de quatro dezenas de pessoas.

Chegado a Mafra, o grupo começou por visitar o Convento e o Palácio, absorvendo toda a história e encanto daqueles monumentos. Como o tempo passou a correr, rapidamente chegou a hora do almoço, que decorreu na Adega do Convento. De tarde, o grupo passeou pela Tapada de Mafra, onde observou o voo de aves de rapina, abelhas e a floresta e visitou o Museu da Tapada antes de regressar a Lisboa.

Próximas iniciativas

Restam três eventos no calendário do Convívio com Arte. Em setembro, a proposta é uma visita à Adega Regional de Colares, enquanto em outubro os sócios vão poder conhecer a Assembleia da República. A derradeira proposta será em novembro, com uma visita ao Museu do Fado. ▶

Regional de Portimão de volta às atividades

Desde março que a Secção Regional de Portimão tem regressado aos poucos à normalidade da sua atividade. E as iniciativas não vão parar



A pandemia obrigou ao cancelamento de várias atividades das secções regionais, mas aos poucos a vida começa a retomar a normalidade. As saudades que os associados tinham das agradáveis confraternizações, tanto lúdicas como culturais, levou a Secção a tomar a iniciativa de retomar as atividades e muitas têm sido as oportunidades para todos voltarem a juntar-se.

Reencontros

No dia 31 de março, mais de meia centena de participantes reuniu-se num animado almoço de convívio sob o lema "Haja a capacidade de uma conversa poder ter um intervalo de dois anos e no reencontro ser continuado onde tinha parado". No dia 20 de maio, foi a vez de um grupo de 70 pessoas assistir a um espetáculo de revista à Portuguesa, interpretada por atores locais, no Boa Esperança Atlético Clube Portimonense, e que contou com a presença de

dirigentes regionais e sindicatos afetos à UGT-Algarve. Ainda em maio, mas no dia 31, a Secção Regional organizou um passeio cultural e recreativo ao Zoo de Lagos (Barão de São João), um parque zoológico de interesse nacional. À semelhança do sucedido em 2018, a Secção Regional de Portimão voltou a organizar uma visita à região das cerejas nos dias 28, 29 e 30 de junho, tendo a comitiva ficado instalada no Centro de Férias e Formação do MAIS, em Ferreira do Zêzere.

No primeiro dia, os participantes visitaram uma exposição sobre o Tesouro Nacional no Palácio da Ajuda, e no segundo, o grupo ficou a conhecer o maior pomar de cerejas do País. No derradeiro dia, após o almoço em Coimbra, houve passagem por Fátima.

Mas as atividades da Regional vão continuar. O convívio anual está previsto para 10 de dezembro, estando ainda em estudo um convívio inédito para a passagem de ano. ▶



Reformados percorreram a Andaluzia

As joias da Andaluzia fascinaram o grupo de sócios do MAIS, proporcionando dias de lazer e companheirismo que não esquecerão

INÊS F. NETO

Adiado devido à pandemia de Covid-19, o passeio cultural organizado pela Secção Sindical de Reformados pôde finalmente realizar-se no início deste mês (entre os dias 6 e 11), proporcionando ao grupo de 25 reformados bancários e seus familiares momentos de convívio e conhecimento. Sob o tema "Joias da Andaluzia", o programa pela província espanhola incluiu visitas a Zafra, Córdoba, Granada, Ronda, Jerez de la Frontera e Sevilha, sempre na companhia de guias e acompanhamento do coordenador da Secção, Luís Antunes, e do membro dos Corpos Gerentes João Moreira. Foram dias de descoberta de monumentos, ruas e vielas cheias de história, espetáculos, cavalos andaluzes e gastronomia.

Em Córdoba, o passeio centrou-se numa visita a pé da Calleja las Flores, bairro da Judiaria e sua mesquita. Já em Granada, destacou-se um passeio à noite pelo bairro medieval-muçulmano Albacín de Granada, com ruas vielas, praças e mesquitas. Já de dia, o grupo foi conhecer o Mosteiro da Cartuja, pérola do Barroco andaluz, além da Catedral e do fascinante Alhambra e Generalife, palácio e espaço de descanso dos reis Nazaritas, entre outras riquezas arquitetónicas e históricas.

A dança dos cavalos

Depois de uma visita a pé por Ronda, o grupo seguiu para Jerez de la Frontera, onde assistiu ao belíssimo espetáculo "Como bailam os cavalos andaluzes". Sevilha foi a última "joia" visitada, tendo merecido a visita ao tesouro na Basílica da Macarena, bem como pelo famoso bairro de Santa Cruz, com igrejas e uma sinagoga, terminando na Torre del Oro. Gratificante para a Secção de Reformados e para o MAIS Sindicato foi a opinião quase unânime dos participantes, que reconheceram a boa organização e interesse cultural. ▶

Pesca de mar Títulos seguem para o Centro

Os concorrentes oriundos da área geográfica do SBC foram os mais fortes na final nacional que se realizou em Peniche, triunfando individual e coletivamente

PEDRO GABRIEL

A derradeira prova do Campeonato Interbancário de Pesca Desportiva de Mar de Costa teve lugar no dia 10 de setembro e contou com a presença de 23 concorrentes oriundos do MAIS, SBC e SBN. O grande vencedor da prova foi Mário Veríssimo (SBC), que capturou 7,440 gramas que se converteram em 20,800 pontos. Na segunda posição terminou João Agualusa



(MAIS/Santander), com 15,070 gramas convertidos em 15,070 pontos. Pedro Veiga (SBC) foi terceiro, com 7,180 gramas e 13,100 pontos.

Sérgio Panela (MAIS/Santander), com 10,460 gramas e 10,460 pontos, terminou no quarto posto enquanto Carlos Silva (MAIS/BBPI) foi quinto, com 6,620 gramas e 7,900 pontos.

Além de arrecadar o troféu individual, o SBC também venceu coletivamente ao terminar com 15 pontos e a superiorizar-se às equipas do Santander, com 23, e do Novo Banco, com 30.



A imaginação é o limite

Os associados do MAIS têm nesta página oportunidade de publicar poemas, pequenos contos e desenhos da sua autoria.

A seleção das obras enviadas rege-se por critérios editoriais. Os textos para publicação não podem exceder os dois mil caracteres

Partiste sem um beijo meu

Manhã de agosto, escura e negra, nasceu!
Sonhos de madrugada...desventura!
Disseram-me, ao acordar: "Teu Pai morreu!"
"Não!" - gritei. "É um sonho... e ainda dura!..."

Mas, não! Havia um rosto perto do meu,
e de olhos rasos d'água e d'amargura,
Dizia: "Tem coragem! Aconteceu"!...
Eu gritei: Porquê Deus me não procura?"

Agora, passo as horas olhando o céu
E, nesta ânsia incontida para te ver
Pergunto ao Deus-Senhor porque te
escolheu?

Pai, sei que partir não é castigo!
Partir, é viver contigo, após morrer,
E poder gritar: "Pai! Meu Bom Amigo!..."

Carlos Barata Garcia
Sócio n.º 07066

Coruja no telhado

Faz parte do povo, é uma sua crença rude
Que a coruja no telhado do agonizante
É sinal de morte: não há quem lhe acuda!
Quando ela pia, pia, assim tão tristemente...!

Cético, incrédulo, eu em tal não acredito.
São enganar do povo, por inconscientes.
Todavia, aceito esse popular veredicto:
Morreste-me e a coruja piou amargamente!

E tanta era dor, tanta! Na coruja o canto,
Que eu fui dormir, dormi que nem um santo.
Mesmo no sepulcro a esperança ainda
cantou.

Pobre de mim, pobre de ti, pobre nosso amor!
Espantamos a triste coruja com todo o pavor.
Ela voltou, rodopiou, gemeu, e toda a noite
piou...!

José Maria de Sousa Caria
Sócio n.º 17496

No silêncio do tempo

E...
Se eu te disser,
Que quando me sento
Naquele lugar macio
Tu sentas-te comigo.

E,
Se eu te disser
Que quando falo
Tu falas comigo.
E os meus gestos
Entrelaçam-se nos teus
E o teu olhar
Rasgo de luz
No meu.

E,
Se eu te disser
Que até no teu querer
Eu tropeço.
É um sentir
Que o tempo duplicou.
Como cresceram!
A linguagem
Suas posturas
Testemunho de um tempo, que
foi nosso.
Seus jeitos e trejeitos
O olhar cúmplice
Mágico
Em rostos maduros
Maturados pela dor
Do Amor.

E,
Se eu te disser
Que sei que vês
E sentes
Tal como eu
As tardes
Os dias
As noites
De lonjura
Onde ainda
Vestimos e despimos
As nossas almas
Em comunhão
Com elas!

Margarida Dias da Silva
Sócia n.º 30916



Até sempre, José Gameiro

O MAIS lamenta profundamente o desaparecimento de José Gameiro, amigo e colega das lides sindicais que sempre apoiou e participou nas lutas do Sindicato. José Roque Gameiro dos Santos, 65 anos, faleceu no dia 20 de julho, tendo-se realizado o funeral dois dias depois em Santarém.

Coordenador do Secretariado Regional de Santarém e membro do Conselho Geral, José Gameiro desempenhou ainda as funções de dirigente da UGT-Santarém e do Núcleo do MODERP daquele distrito.

Homem de fortes convicções, com uma vida sindical ativa e de reivindicação por mais e melhores condições para os trabalhadores, nomeadamente os bancários, a sua partida será sempre sentida.



O Mais Sindicato apresenta à família e amigos as mais profundas e sentidas condolências.

Até sempre, José! 📌

dar sangue é dar vida



**Dádiva
de Sangue**

1 | OUTUBRO | 2022
das 9 às 13 horas

Inscrições | 266 737 380 | evora@mais.pt

Colheita por técnicos profissionais do Hospital do Espírito Santo
nas Instalações do **Sindicato do Sector Financeiro | Seção Regional de Évora**



Associação de Dadores Benévolos
de Sangue do Distrito de Évora

Mais Sindicato do
Sector Financeiro

Classificados

Diversos

Vendo R/c com 100m², parcialmente remodelado, com três assoalhadas + quintal, em Campolide, Lisboa;
Telefones de manivela com mais de 75 anos: 220€;
Mesa de pau-preto trabalhada no tampo: 160€.
Contacto: 966 042 442

Vendo Nove cadeiras, madeira maciça, cor de mel claro, envernizadas, sendo quatro de cor natural. Estado impecável. Preço: 225€.
Contacto: 926 941 493

Vendo Patos gansos, raça Toulouse genuínos, castanhos, bico laranja.
Contacto: 918 566 486

Subsídios pagos

1.º semestre de 2022

Janeiro

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4875,65

Nome Cliente

Rogério Waddington Moniz Resendes
António Mariano do Couto
Diamantino Pires Pereira
Leopoldino Conceição Vicente Raimundo
Manuel Nunes de Almeida
Liliana Santos Mateus Saraiva Luz
Mário Gentil Quina
Mário Agostinho Mateus Anjos
Adolfo Hugo Figueira Fernandes

N.º Sócio

1920
2848
1735
11370
29731
34778
43555
5701
1637

Banco

CGD
Novo Banco
CGD
Santander Totta
CGD
Millennium BCP
Banco BPI
Santander Totta
Novo Banco

Fevereiro

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4861,85

Américo Carvalho dos Santos
Gabriel Andrade Barroso
Luís Gonzaga Costa Oliveira Ramos
José Silva Resende
Tito Lívio Fernandes Faísca
Arnato da Silva Martins
João de Bosco José Afonso do Perpétuo Socorro
Bonifácio Dias
Laudalino Tavares Franco Botelho

3110
5745
10013
3291
4517
30013
30292
32328
41260

CGD
CGD
BANIF
Millennium BCP
CGD
CGD
CGD
CGD
Santander Totta

Março

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4850,05

Manuel Batista Gonçalves Colaço
José Poças Serrano
Aristides Pessoa Pereira Borja
Abílio Dias André
Fernando Agostinho Ferreira de Lima
Francisco Manuel Lopes Salgado
Duarte Nuno de Soveral Rodrigues Pereira
António Conceição Nunes Félix
Mário Valente

1351
26690
29870
15529
36465
14906
18228
25093
22406

Santander Totta
Millennium BCP
CGD
CGD
Millennium BCP
Millennium BCP
Millennium BCP
Millennium BCP
Novo Banco

Abril

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4818,75

Elmano Almeida Matos
João Victor de Figueiredo Carvalho
José António Infante
José Pereira Gonçalves
Porfírio António Panóias
José Madaleno Vaz Rato
António Santos Mendes
Adelino D'Azevedo Águas Rocha Lopes
Maria do Céu da Silva M. Pereira Vaz Resende

6920
2888
4833
18580
6638
3254
6872
27752
Pensionista

Banco BPI
Millennium BCP
CGD
CGD
Millennium BCP
Millennium BCP
Banco BPI
CGD
BP

Maio

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4794,7

João Manuel dos Santos Giestas
Jorge Maria Lemos Pereira Maximo
Regina Estevinha Grácio Martins
Adelino da Conceição Quaresma
José Calhau Alves
José Filipe Moreira
José António Rodrigues Jerónimo
Mário Manuel Ribeiro Melon
Herculano Guedes Araújo

9994
19751
11561
18004
2287
3465
29388
17128
1170

Santander Totta
Santander Totta
Banco BPI
Banco BPI
CGD
BP
Banco BPI
Novo Banco
Millennium BCP

Junho

N.º de óbitos 9

Valor do Subsídio 4775,45

António José da Conceição Valverde
Manuel Carvalho Sousa Valadares
Maria Manuela Silva de Barbosa Viana da Silva
Rogério Fernandes Oliveira Martins
José Jerónimo
Helder António Conceição Ferreira
José Salvado Sanches
João Palma Conceição
Juvenal Sabino Martins Brito

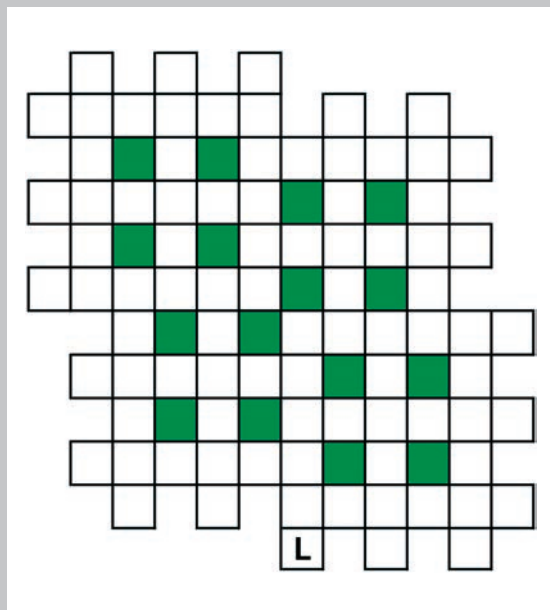
4741
14373
14371
10254
882
30500
1664
6888
10400

Millennium BCP
Millennium BCP
BP
Banco BPI
CGD
Santander Totta
Novo Banco
Millennium BCP
Millennium BCP

Dominó de Palavras

Aproveite o L e complete o diagrama com as palavras seguintes:

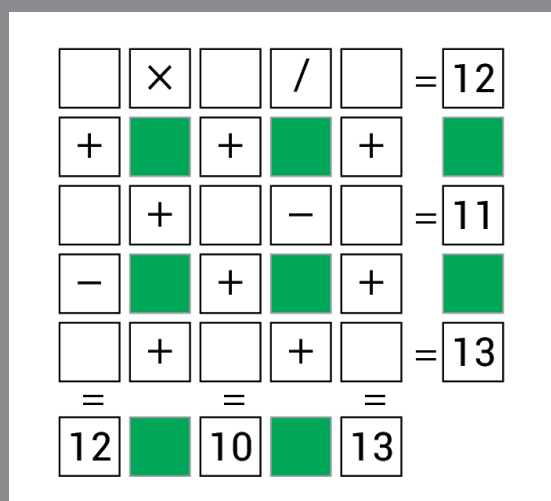
ALHADA, AMPOLA, ARCUAL, ARGOLA, AVEIRO, CARMIM, CINEMA, EJETOR, Esvair, GAIBÉU, GANCHO, HÁJIBE, ILHOTA, LIAMBA, LIMADO, MARVEL, POSTAL, TUTANO, UBANGO, UMBIGO.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

Aritmograma

Preencha a grelha de forma a obter os totais indicados e sem repetir os números de 1 a 9.



A sortear: PRÉMIO MAIS

Palavras-cruzadas

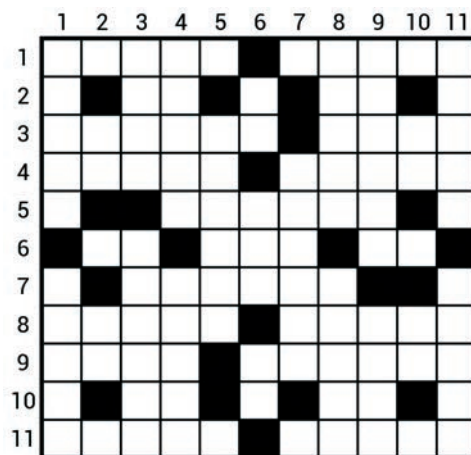
Problema 434

HORIZONTAIS:

1 – Travo. Lavra. 2 – Então. O [arc.]. 3 – Bêbedo [pej.]. Erguer. 4 – Repeti. Mentira [fig.]. 5 – Dar. 6 – Aqueles. Abundância. Então. 7 – Brisa [regionalismo]. 8 – Ganchos. Saque. 9 – Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de *largo*. Variar. 10 – Pref. que exprime a ideia de *movimento*. Distava. 11 – Argolas [coloq.]. Forro.

VERTICAIS:

1 – Fateixa. Opina. 2 – Símbolo de *actínio*. Mi. 3 – Ilustre. Chegar. 4 – Alcantil. Embriagada [Brasil]. 5 – Tramares [fig.]. 6 – Decifra. Gracejas. Como. 7 – Estiolo. 8 – Diarreia. Cede. 9 – Aclamara [fig.]. Ligas. 10 – Ataque. Notei. 11 – Agrada. Trabalho de noite.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

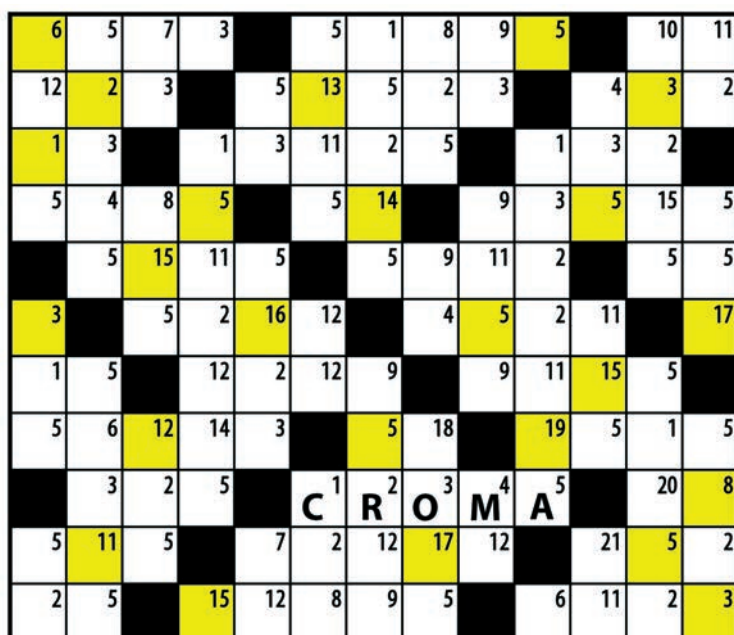
Dicionários adotados: da Língua Portuguesa e dos Verbos Portugueses, da Porto Editora.

“Entre o ruído das armas, não se ouvem as leis”

Cícero (106-43 a. C.), político e escritor latino

Criptograma

A número igual, letra igual. A partir da palavra-chave, preencha o diagrama. As letras que ocupam as casas amarelas formam um provérbio português.



A sortear: PRÉMIO PORTO EDITORA

**“Só posso confiar
numa marca que
é ainda mais
experiente
do que eu!”**

Ruy de Carvalho
Ator



RUY10BC11021

Stannah

**Líder mundial em
elevadores de escadas**

Agende a avaliação das suas escadas.

Tel.: 808 918 388

CUSTO DA CHAMADA LOCAL

OFERTA*

TELEASSISTÊNCIA CRUZ VERMELHA

BOTÃO DE EMERGÊNCIA 24H

Esteja seguro em qualquer ocasião!



* Oferta da anuidade do serviço de Teleassistência e serviço médico ao domicílio da Cruz Vermelha Portuguesa, incluída na compra de um elevador de escadas ou scooter de mobilidade.